



Aprovo.

CADERNO DE ENCARGOS

898/2024

**Acordo Quadro para fornecimento de Medicamentos analgésicos, antipiréticos e antidepressivos, na
área da saúde**



ÍNDICE

CAPÍTULO I	3
SECÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS	3
CLÁUSULA 1.ª OBJETO	3
CLÁUSULA 2.ª ACORDO QUADRO	3
CLÁUSULA 3.ª PRAZO DE VIGÊNCIA	4
SECÇÃO II OBRIGAÇÕES DAS PARTES	4
CLÁUSULA 4.ª OBRIGAÇÕES DOS COCONTRATANTES	4
CLÁUSULA 5.ª OBRIGAÇÕES DAS ENTIDADES ADQUIRENTES	6
CLÁUSULA 6.ª OBRIGAÇÕES DA SPMS	6
SECÇÃO III DAS RELAÇÕES ENTRE AS PARTES NO ACORDO QUADRO	7
CLÁUSULA 7.ª SIGILO E CONFIDENCIALIDADE	7
CLÁUSULA 8.ª CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR	7
CLÁUSULA 9.ª PATENTES, LICENÇAS E MARCAS REGISTRADAS	8
CLÁUSULA 10.ª SUSPENSÃO DO ACORDO QUADRO	8
CLÁUSULA 11.ª RESOLUÇÃO	8
CLÁUSULA 12.ª CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL E SUBCONTRATAÇÃO	9
CLÁUSULA 13.ª SANÇÕES A APLICAR PELA SPMS	10
CAPÍTULO II DOS PROCEDIMENTOS E CONTRATOS CELEBRADOS AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO ..	10
CLÁUSULA 14.ª DISPOSIÇÕES GERAIS	10
CLÁUSULA 15.ª CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO	11
CLÁUSULA 16.ª LEILÃO ELETRÓNICO	11
CLÁUSULA 17.ª LOCAL E PRAZOS DE ENTREGA	12
CLÁUSULA 18.ª CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	12
CLÁUSULA 19.ª CARACTERÍSTICAS DOS PREÇOS	13
CLÁUSULA 20.ª AUMENTO DE PREÇOS	13
CLÁUSULA 21.ª ADITAMENTOS	14
CLÁUSULA 22.ª IMPOSSIBILIDADE TEMPORÁRIA DE FORNECIMENTO	15
CLÁUSULA 23.ª ELEMENTOS ESTATÍSTICOS	16
CLÁUSULA 24.ª ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO MODO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO	16
CAPÍTULO III PENALIDADES CONTRATUAIS	16
CLÁUSULA 25.ª SANÇÕES A APLICAR PELAS ENTIDADES ADQUIRENTES	16
CAPÍTULO IV RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS	17
CLÁUSULA 26.ª FORO COMPETENTE	17
CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES FINAIS	17
CLÁUSULA 27.ª COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES	17
CLÁUSULA 28.ª CONTAGEM DOS PRAZOS	17
CLÁUSULA 29.ª LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	17
ANEXO I LOTES DE PRODUTOS E PREÇO	18
ANEXO II ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	30



CAPÍTULO I

Secção I Disposições gerais

Cláusula 1.ª Objeto

1. O presente concurso tem por objeto a seleção de cocontratantes para o Acordo quadro que permitirá a aquisição de Medicamentos analgésicos, antipiréticos e antidepressivos.
2. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir:
 - a) Nos Acordos quadro para a área da saúde, a celebrar entre a Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE (“SPMS”) e os fornecedores cujas propostas vierem a ser selecionadas;
 - b) Nas aquisições que venham a ser efetuadas pelos serviços e instituições do Serviço Nacional de Saúde, órgãos e serviços do Ministério da Saúde, do Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira e pela Direção Regional de Saúde da Região Autónoma dos Açores (“entidades adquirentes”);
 - c) Nas aquisições que venham a ser efetuadas por outras entidades públicas, quando executem atividades específicas da área da saúde, mediante contrato de adesão celebrado entre a SPMS e a parte interessada (“entidades adquirentes”).
3. Os bens a fornecer são os constantes do Anexo I ao presente Caderno de Encargos.
4. Os aspetos da execução do contrato submetidos à concorrência (Preço) e os respetivos parâmetros base constam do Anexo I ao presente Caderno de Encargos.
5. São aspetos não submetidos à concorrência os que constam do Anexo II ao presente Caderno de Encargos, os quais devem ser observados nas propostas dos fornecedores, sob pena de exclusão.

Cláusula 2.ª Acordo Quadro

1. O Acordo quadro será celebrado por escrito e é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O valor estimado do presente acordo-quadro é de **21.920.557,65 € (vinte e um milhões, novecentos e vinte mil, quinhentos e cinquenta e sete euros e sessenta e cinco cêntimos)** por cada ano de vigência contratual.
3. O Acordo quadro a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos às peças do procedimento;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) As propostas adjudicadas;



- e) Os esclarecimentos sobre as propostas adjudicadas prestados pelos adjudicatários.
- f) Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
- g) Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 3 e o clausulado dos Acordos quadro e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (“CCP”) e aceites pelos adjudicatários nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.
- h) Além dos documentos indicados no n.º 3, o adjudicatário obriga-se também a respeitar, no que lhe seja aplicável, as normas europeias e portuguesas, as especificações e homologações de organismos oficiais e fabricantes ou entidades detentoras de patentes.

Cláusula 3.ª Prazo de vigência

1. O Acordo quadro entra em vigor no dia seguinte ao da sua divulgação no sítio da internet do Catálogo em www.catalogo.min-saude.pt, e tem a duração de 12 (doze) meses, considerando-se automaticamente prorrogada a vigência do mesmo por períodos sucessivos de 12 (doze) meses, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do mesmo.
2. O prazo máximo de vigência do Acordo quadro, incluindo prorrogações, é de 3 (três) anos.
3. Decorridos 12 (doze) meses de vigência, o cocontratante pode solicitar a resolução do contrato, por carta dirigida ao Conselho de Administração da SPMS, com uma antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.
4. A SPMS pode a qualquer altura, voltar a lançar ao mercado, para efeitos de celebração de novo Acordo quadro, artigos para os quais tenham sido celebrados contratos na decorrência do presente concurso, por forma a promover a concorrência e espelhar a realidade do mercado.
5. Caso ocorra o disposto no número anterior e venham a ser celebrados novos contratos para esses artigos, os contratos celebrados na decorrência do presente concurso são automaticamente resolvidos na data em que os novos entrarem em vigor.
6. Sem prejuízo do número anterior, ressalva-se que, na impossibilidade da celebração de novo contrato, a SPMS reserva-se no direito da resolução do contrato em vigor, por forma a não desvirtuar o mercado concorrencial.

Secção II Obrigações das partes

Cláusula 4.ª Obrigações dos cocontratantes

Para além das previstas no CCP, constituem obrigações dos cocontratantes:

- a) Apresentar proposta a todos os convites no âmbito do Acordo quadro, salvo na situação indicada no n.º 3 da cláusula 14.ª;



- b) Fornecer os bens às entidades adquirentes, conforme as normas legais vigentes aplicáveis ao exercício da atividade e nos termos e condições definidos no presente Caderno de Encargos;
- c) Comunicar à SPMS e às entidades adquirentes, logo que deles tenham conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível o cumprimento de qualquer das suas obrigações, designadamente:
 - i.* Impossibilidade temporária de fornecimento;
 - ii.* Impossibilidade legal de fornecimento;
 - iii.* Substituição de artigos;
 - iv.* Descontinuação definitiva de artigos.
- d) Não alterar as condições do fornecimento dos bens ou serviços fora dos casos previstos no Caderno de Encargos;
- e) Não ceder, sem prévia autorização da SPMS, a sua posição contratual nos contratos celebrados com as entidades adquirentes;
- f) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que são fornecidos os bens ou serviços, bem como ministrar todos os esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias;
- g) Comunicar à SPMS qualquer facto que ocorra durante a execução do Acordo quadro e dos contratos celebrados ao seu abrigo e que altere, designadamente a sua denominação e sede social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica ou a sua situação comercial, bem como as alterações aos contactos e moradas indicados no contrato para a gestão do Acordo quadro;
- h) Comunicar à SPMS e às entidades adquirentes a nomeação do gestor/gestores de contrato responsável pela gestão do Acordo quadro e dos contratos celebrados ao abrigo do mesmo, bem como quaisquer alterações relativamente à sua nomeação;
- i) Disponibilizar a informação relevante para a gestão dos contratos à SPMS e às entidades adquirentes;
- j) Respeitar os termos e condições dos acordos celebrados com o Estado que se encontrem em vigor;
- k) Proceder à atualização dos bens e serviços no catálogo, submetendo as propostas de atualização, através de aditamentos no site do catálogo, à apreciação prévia da SPMS;
- l) Para efeitos de habilitação nos procedimentos de aquisição ao abrigo do Acordo quadro, manter permanentemente atualizados os documentos de habilitação, bem como os documentos que atestem o poder de representação do cocontratante;
- m) Manter sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que obtenham no âmbito da formação e da execução do Acordo quadro, não utilizar as mesmas para



fins alheios àquela execução, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos.

- n) Proceder ao registo de faturas relativas às Agregações Centralizadas, nos termos indicados no “Manual de Registo de Faturas no Âmbito das Agregações Centralizadas”, o qual se encontra disponível em www.catalogo.min-saude.pt.

Cláusula 5.ª Obrigações das entidades adquirentes

1. Constituem obrigações das entidades adquirentes:

- a) Reportar toda a informação relativa à contratação realizada ao abrigo do Acordo quadro até 30 (trinta) dias úteis após a adjudicação ou sempre que tal lhes seja solicitado;
- b) Proceder à avaliação do custo total da utilização nos procedimentos pré-contratuais celebrados ao abrigo do Acordo quadro, nos termos exigidos por lei;
- c) Efetuar os procedimentos aquisitivos segundo as regras definidas no Acordo quadro;
- d) Nomear um ou mais gestores de contrato, responsável pela gestão dos contratos celebrados ao abrigo do Acordo quadro, bem como comunicar quaisquer alterações a essa nomeação aos cocontratantes com quem tenham celebrado contrato, em cumprimento do art.º 290.º-A do Código dos Contratos Públicos. Caso a entidade adjudicante designe mais do que um gestor do contrato, deve definir de forma clara as funções e responsabilidades de cada um.
- e) Monitorizar o cumprimento contratual no que respeita às respetivas condições e aplicar as devidas sanções em caso de incumprimento;
- f) Reportar os resultados da monitorização referida na alínea anterior e comunicar, em tempo útil, à SPMS, os aspetos relevantes que tenham impacto no cumprimento do Acordo quadro ou dos contratos celebrados ao seu abrigo.

2. A informação referida na alínea a) do número anterior deve ser enviada através de meios eletrónicos, com o conteúdo e em conformidade com o modelo a disponibilizar pela SPMS.

Cláusula 6.ª Obrigações da SPMS

Constituem obrigações da SPMS, no âmbito e nos limites fixados pelo Decreto-Lei n.º 19/2010, de 22 de março, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 108/2011, de 17 de novembro, e sem prejuízo de outras que estejam previstas no presente Caderno de Encargos:

- a) Fiscalizar o cumprimento do Acordo quadro e dos contratos de fornecimento celebrados ao abrigo do mesmo, designadamente para apuramento do cumprimento das obrigações contratuais por parte dos cocontratantes e das entidades adquirentes;
- b) Monitorizar a qualidade do fornecimento de bens, designadamente realizando auditorias e tratando a informação recebida ao abrigo do disposto nas cláusulas anteriores e, quando



justificado, aplicar sanções em caso de incumprimento, incluindo a suspensão temporária ou a exclusão de algum cocontratante do Acordo quadro, designadamente em caso de:

- i.* reiterado reporte de falta de qualidade e/ou de falhas inesperadas na utilização dos produtos fornecidos por parte dos serviços utilizadores das entidades adquirentes e/ou incumprimento reiterado dos prazos de entrega dos bens;
 - ii.* deteção dos casos reiterados referidos na sublínea (i) anterior em ações de monitorização pela SPMS;
 - iii.* o cocontratante não apresentar proposta a procedimento lançado ao abrigo do Acordo quadro, salvo se se verificar a situação prevista no n.º 4 da cláusula 14.ª.
- c) Promover a atualização do Acordo quadro, mantendo o tipo de prestação e os objetivos das especificações fixadas no Acordo quadro e desde que tal se justifique em função da ocorrência de inovações tecnológicas, conquanto os preços unitários não sejam superiores;
 - d) Definir linhas orientadoras e disponibilizar minutas de peças procedimentais às entidades adquirentes;
 - e) Publicitar no seu portal da internet instruções ou orientações para proceder à avaliação do custo total de utilização dos bens e serviços objeto do Acordo quadro.

Secção III Das relações entre as partes no Acordo quadro

Cláusula 7.ª Sigilo e confidencialidade

1. As partes obrigam-se a guardar sigilo e confidencialidade sobre todos os assuntos constantes do objeto do Acordo quadro e a tratar como confidencial toda a informação e documentação a que tenham acesso no âmbito da sua execução, sendo esta obrigação extensível aos seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que as mesmas envolvam.
2. Exclui-se do âmbito do número anterior toda a informação gerada por força da execução do Acordo quadro, bem como todos os assuntos ou conteúdo de documentos que, por força de disposição legal, tenham de ser publicitados ou sejam do conhecimento público.

Cláusula 8.ª Casos fortuitos ou de força maior

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se, por caso fortuito ou de força maior, for impedida de cumprir as obrigações assumidas no Acordo quadro.
2. Entende-se por caso fortuito ou de força maior qualquer situação ou acontecimento imprevisível e excepcional, independente da vontade das partes, e que não derive de falta ou negligência de qualquer delas.
3. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.



Cláusula 9.ª Patentes, licenças e marcas registadas

1. O Adjudicatário deve ser titular de todas as licenças, autorizações ou demais atos de consentimento legalmente necessários à distribuição dos bens.
2. O Adjudicatário obriga-se a manter válidas as licenças, autorizações ou demais atos de consentimento a que se refere o número anterior, até à integral entrega dos bens contratados.
3. O Adjudicatário garante que respeita as normas relativas à propriedade intelectual e industrial, designadamente, direitos de autor, licenças, patentes e marcas registadas, relacionadas com os artigos constantes da sua proposta.
4. São da responsabilidade do Adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
5. Caso o contraente público venha a ser demandado por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o Adjudicatário indemniza-a de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar.
6. São da responsabilidade dos cocontratantes quaisquer encargos decorrentes da utilização, no âmbito do Acordo quadro ou dos contratos celebrados ao seu abrigo, de direitos de propriedade intelectual ou industrial.

Cláusula 10.ª Suspensão do Acordo quadro

1. Sem prejuízo do direito de resolução do Acordo quadro previsto na cláusula seguinte, e com base nos pressupostos aí definidos, a SPMS pode, em qualquer altura, suspender total ou parcialmente a execução do Acordo quadro a um cocontratante.
2. A suspensão produz os seus efeitos a contar do dia seguinte ao da notificação dos cocontratantes no Acordo quadro, salvo se da referida notificação constar data posterior, e é efetuada através de carta registada com aviso de receção.
3. A SPMS pode, a qualquer momento, levantar a suspensão da execução do Acordo quadro.
4. Os cocontratantes não podem reclamar ou exigir qualquer compensação ou indemnização com base na suspensão total ou parcial do Acordo quadro.

Cláusula 11.ª Resolução

1. O incumprimento das obrigações dos cocontratantes definidas nos Acordos quadro dos contratos celebrados ao seu abrigo ou dos demais documentos contratuais aplicáveis, confere à SPMS o direito à resolução do Acordo quadro relativamente àquele, bem como o direito de solicitar o correspondente ressarcimento de todos os prejuízos causados.



2. Para efeitos da presente cláusula, e sem prejuízo de outras disposições legais e contratuais aplicáveis, considera-se consubstanciar incumprimento a verificação de qualquer das seguintes situações, em relação a cada um dos cocontratantes:
 - a) Apresentação à insolvência, ou insolvência declarada pelo tribunal;
 - b) Incumprimento das suas obrigações relativas aos pagamentos das contribuições à Administração Fiscal ou à Segurança Social, nos termos das disposições legais aplicáveis;
 - c) Prestação de falsas declarações;
 - d) Recusa do fornecimento de bens ou da prestação de serviços a uma entidade adquirente;
 - e) Não atualização do Acordo quadro nos termos do n.º 2 da cláusula 21ª;
 - f) Não apresentação de proposta em procedimento lançado ao abrigo do Acordo quadro, salvo se se verificar a situação prevista no n.º 3 da cláusula 14.ª;
 - g) Incumprimento, na execução de contrato celebrado ao abrigo do Acordo quadro, das especificações técnicas e condições previstas no Acordo quadro;
 - h) Não apresentação, sempre que tal lhe seja solicitado, de um dos documentos constantes no art.º 8.º do Programa do Concurso.
3. A resolução é notificada ao cocontratante em causa, por carta registada com aviso de receção, da qual conste a indicação da situação de incumprimento e respetivos fundamentos.
4. A resolução do Acordo quadro relativamente a um cocontratante não prejudica a aplicação de qualquer das sanções previstas na cláusula 13.ª.
5. Quando aplicável, pode ainda, ser motivo de resolução dos contratos, por parte da SPMS, a entrada no mercado de medicamentos genéricos e/ou de medicamentos biossimilares, que se enquadrem em artigos constantes no presente concurso, situação na qual os cocontratantes implicados serão notificados.
6. As situações previstas nos n.ºs 5 e 6 da cláusula 3.ª do presente caderno de encargos, constituem também motivos de resolução dos contratos, por parte da SPMS.

Cláusula 12.ª Cessão da posição contratual e subcontratação

1. Os cocontratantes só podem ceder a sua posição no Acordo quadro, ou subcontratar total ou parcialmente o fornecimento dos bens objeto do Acordo quadro mediante autorização prévia e por escrito da SPMS.
2. Para efeitos da autorização da cessão por parte da SPMS, o cocontratante cedente deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos de habilitação relativos ao potencial cessionário que lhe foram exigidos na fase de formação do Acordo quadro.
3. Para efeitos da autorização da subcontratação por parte da SPMS, o cocontratante subcontratante deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos de habilitação e



adesão ao catálogo através do formulário constante no site, relativos ao potencial subcontratado, que lhe foram exigidos na fase de formação do Acordo quadro.

4. A SPMS deve pronunciar-se sobre a proposta do cocontratante no prazo de 30 (trinta) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída.
5. Nos casos em que a SPMS venha a autorizar a subcontratação, o cocontratante permanece integralmente responsável perante a SPMS pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais.

Cláusula 13.ª Sanções a aplicar pela SPMS

O incumprimento das obrigações fixadas no presente acordo-quadro, nomeadamente as previstas na Cláusula 4.ª, confere à SPMS o direito a ser indemnizada, através da aplicação de sanção pecuniária, de valor até um máximo de 500,00 EUR, em função da gravidade do incumprimento.

CAPÍTULO II

Dos procedimentos e contratos celebrados ao abrigo do Acordo quadro

Cláusula 14.ª Disposições gerais

1. Ao procedimento lançado ao abrigo do Acordo quadro é aplicável o disposto no artigo 259.º e seguintes do CCP, devendo as entidades adquirentes enviar convite aos cocontratantes do lote do Acordo quadro ao abrigo do qual será lançado o procedimento.
2. As entidades adquirentes e a SPMS em representação daquelas poderão estabelecer no convite a que se refere o n.º 1:
 - a) Um preço base que poderá ser inferior ao estabelecido no Acordo-quadro.
 - b) Poderão ser submetidos à concorrência diferentes códigos de artigo, nomeadamente quando se considere que a sua finalidade é coincidente, caso em que serão convidados a apresentar proposta todos os cocontratantes desses artigos;
 - c) A utilização de artigos adquiridos de forma concorrencial não pode implicar qualquer violação de direitos de propriedade industrial.
3. No caso previsto na alínea a) do número anterior, os cocontratantes cujo preço no Acordo quadro seja superior não se encontram vinculados a apresentar proposta.
4. Para os efeitos previstos na alínea b) do n.º 2, o convite deverá indicar que o preço deve ser apresentado para uma mesma unidade de medida, de forma a permitir a comparabilidade das propostas.
5. No contexto de cada procedimento lançado ao abrigo do Acordo quadro pode cada concorrente apresentar proposta a um, a vários ou a todos os lotes previstos nesse procedimento, desde que relativos a Acordo quadro no qual seja cocontratante.



6. Os cocontratantes devem obrigatoriamente apresentar proposta a todos os convites que lhe sejam endereçados nos termos do n.º 1, sob pena de aplicação das penalidades previstas nas cláusulas 10.ª e 11.ª, salvo nos casos previstos no n.º 3 da presente cláusula.
7. As entidades adquirentes podem recorrer ao leilão eletrónico, nos termos previstos no CCP, para melhorar os atributos das propostas apresentadas pelos concorrentes.
8. As propostas apresentadas pelos cocontratantes nos procedimentos celebrados ao abrigo do Acordo Quadro não podem apresentar preços superiores àqueles a que estão vinculados, no âmbito desse mesmo Acordo Quadro, à data de apresentação de proposta, sob pena de exclusão das mesmas.
9. É sempre obrigatória a colocação do número do Acordo quadro em cada nota de encomenda.
10. Os contratos que sejam celebrados ao abrigo do Acordo quadro podem produzir efeitos para além da vigência do mesmo.

Cláusula 15.ª Critério de adjudicação

1. A adjudicação nos procedimentos lançados ao abrigo do Acordo quadro será efetuada segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, determinada através da modalidade monofator, sendo o preço o único fator que densifica o critério de adjudicação.
2. Quando for utilizado o sorteio para efeitos de desempate de propostas, o mesmo será realizado mediante convocatória enviada em simultâneo a todos os concorrentes, em situação de igualdade, pelo menos com dois dias úteis de antecedência, indicando a data, hora e local, bem como as regras do sorteio, as quais serão definidas pelas entidades adquirentes, devendo ser lavrada ata que será assinada por todos os presentes.

Cláusula 16.ª Leilão Eletrónico

1. Nos procedimentos a realizar ao abrigo do artigo 259.º do CCP, poderá haver lugar ao leilão eletrónico previsto nos artigos 140.º a 145.º do Código dos Contratos Públicos.
2. O leilão eletrónico decorrerá em Plataforma eletrónica de contratação pública disponibilizada pela SPMS.
3. Após a análise e avaliação das propostas, todos os concorrentes cujas propostas não tenham sido excluídas, por um dos fundamentos do artigo 146.º do CCP, são simultaneamente convidados pela entidade adjudicante, por via eletrónica, a participar no leilão, sendo-lhes comunicado o lugar da ordenação das mesmas em que se encontram.
4. O único atributo da proposta objeto de leilão eletrónico será o preço unitário dos bens constantes no Anexo I ao Caderno de Encargos.
5. O leilão terá início decorridos 2 dias úteis a contar da data do envio dos convites, nos termos do n.º 1 do artigo 143.º do CCP.



6. Outras regras de funcionamento do leilão, designadamente o modo de licitação e o encerramento do leilão, serão fixadas no convite à participação no leilão, nos termos dos artigos 141.º e 142.º do CCP.
7. As regras previstas no número anterior devem, em qualquer caso, garantir a confidencialidade relativamente à identidade dos fornecedores em leilão, nos termos do artigo 144.º do CCP.

Cláusula 17.ª Local e prazos de entrega

1. Os cocontratantes obrigam-se a respeitar o prazo de entrega estabelecido no Acordo quadro (prazo máximo), não devendo este ultrapassar 5 (cinco) dias úteis para Portugal Continental, contados a partir da data de receção de cada nota de encomenda.
2. Os fornecimentos destinados às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira constituem uma exceção ao número anterior, na medida em que não se exige um prazo de entrega máximo de 5 (cinco) dias úteis, existindo campos específicos no Anexo A onde poderão ser indicados os prazos de entrega para esses locais.
3. Se não forem preenchidos os campos do Anexo A referidos no número anterior, relativos às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, será assumido que o prazo de entrega para esses locais não ultrapassará 5 (cinco) dias úteis.
4. Considera-se entrega imediata a entrega no prazo máximo de 24 horas após a receção da nota de encomenda pelo cocontratante.
5. As entregas dos bens deverão efetuar-se nos locais e nos prazos máximos indicados pelas entidades adquirentes.
6. Sempre que ocorra um caso de força maior, nos termos previstos na Cláusula 8.ª, devidamente comprovado, e que implique a suspensão da entrega, devem os fornecedores, logo que dele tenham conhecimento, requerer à entidade adquirente que lhes seja concedida uma prorrogação do respetivo prazo.
7. A entidade adquirente pode, por motivo devidamente justificado, prorrogar o prazo de entrega.
8. Da situação referida no n.º 5 devem as entidades adquirentes e os fornecedores dar imediato conhecimento à SPMS.

Cláusula 18.ª Condições de Pagamento

1. O prazo de pagamento aos fornecedores é de 60 (sessenta) dias.
2. O contrato de fornecimento pode estabelecer prazo diverso do referido no n.º 1 da presente cláusula, por acordo entre as instituições de saúde e o fornecedor, nos termos e limites previstos na lei.
3. O adjudicatário não pode ceder ou dar como garantia o presente contrato ou qualquer dos direitos ou obrigações nele estipulados, sem prévio acordo escrito da entidade adjudicante.



Cláusula 19.ª Características dos Preços

1. Os preços indicados nos Acordos quadro não incluem o IVA e incluem, para além do custo unitário do produto, os seguintes custos:
 - a) Acondicionamento;
 - b) Embalagem;
 - c) Carga, transporte e descarga no local indicado para os locais de consumo, bem como seguros ou quaisquer outras despesas inerentes ao transporte.
2. Os fornecimentos destinados às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira constituem uma exceção ao número anterior, na medida em que não se exige que todos os custos relativos ao transporte estejam incluídos nos preços.
3. O Acordo quadro pode incluir um valor mínimo por encomenda, até ao máximo de 100 € s/IVA, abaixo do qual o cocontratante cobrará custos relativos ao transporte.
4. O valor mínimo a que se refere o número anterior, mesmo que seja definido individualmente para cada produto, diz respeito à encomenda como um todo, podendo as entidades adquirentes agregar diferentes produtos com o objetivo de perfazer esse valor, numa única entrega. Neste caso, não poderão ser cobrados custos relativos ao transporte.
5. Em qualquer caso, as entidades adquirentes não poderão proceder a encomendas inferiores a uma embalagem.
6. No contexto dos procedimentos lançados ao abrigo dos Acordos quadro, os concorrentes poderão apresentar fatores de redução dos preços propostos:
 - a) Por aquisição de quantidades, com indicação do desconto a efetuar sobre o preço unitário, de acordo com as quantidades;
 - b) Por descontos financeiros, com a indicação do desconto face ao prazo de pagamento.

Cláusula 20.ª Aumento de Preços

1. Os pedidos de aumento dos preços fixados no Acordo quadro devem ser detalhadamente fundamentados, inclusive através de evidências, e só podem ocorrer após 12 (doze) meses contados do dia seguinte à sua entrada em vigor, tendo como limite os preços base definidos no presente caderno de encargos.
2. Constituem exceção ao estipulado no número anterior casos devidamente justificados, nomeadamente revisões de preços aprovadas pelo INFARMED, catástrofes naturais, pandemias ou motivos de força maior.
3. Em casos de catástrofes naturais, pandemias ou motivos de força maior, atender-se-á aos limites máximos constantes no artigo 313.º do CCP, os quais serão estabelecidos por referência aos preços base do presente caderno de encargos, e a vigência dos aumentos de preço ficará limitada ao período



em que se verificar o facto que esteve na origem do pedido, devendo o cocontratante informar a SPMS sobre a duração estimada.

4. No caso de medicamentos, o novo preço unitário não poderá ser superior ao respetivo preço de venda ao armazenista, quando aplicável.
5. Os pedidos de aumento de preços referidos na presente cláusula são formalizados mediante o aditamento referido na alínea a) do n.º 3 da cláusula 21.ª e ficam dependentes de aprovação pela SPMS.

Cláusula 21.ª Aditamentos

1. Quaisquer alterações de ordem financeira e técnica relativamente aos bens selecionados que ocorram durante o prazo de vigência dos Acordos quadro devem ser obrigatoriamente comunicadas à SPMS.
2. Para formalização dos aditamentos previstos nas alíneas a) a i) do n.º 3 da presente cláusula, deverão os cocontratantes proceder ao seu preenchimento e submissão no sítio da internet do Catálogo, com vista à sua autorização.
3. Para efeitos do n.º 1, consideram-se aditamentos os decorrentes das seguintes situações:
 - a) Aumento de preço;
 - b) Redução de preço;
 - c) Inserção de descontos;
 - d) Descontinuação de produto;
 - e) Substituição de produto;
 - f) Redimensionamento da embalagem;
 - g) Interrupção temporária de fornecimento;
 - h) Alteração de outros elementos;
 - i) Inserção de novo produto.
4. Os aditamentos tipificados no número anterior deverão ser utilizados da forma e com base nos documentos necessários à comprovação dos requisitos que a seguir se indicam:
 - a) Aumento de preço: este aditamento deverá ser utilizado para formalização dos pedidos de aumento de preço referido na cláusula 20.ª, o qual só pode ser praticado após autorização da SPMS;
 - b) Redução de preço: este aditamento deverá ser utilizado quando o cocontratante determina a redução de preço, diretamente junto da SPMS;
 - c) Inserção de descontos: este aditamento deverá ser utilizado sempre que o cocontratante pretenda efetuar descontos no preço em função das quantidades ou de prazos de pagamento. Não são aceites aditamentos que introduzam escalões de desconto menos favoráveis que os que constam do catálogo;



- d) Descontinuação de produto: este aditamento deverá utilizar-se sempre que o produto deixe de ser comercializado no mercado português, quer a nível público, quer a nível privado, devendo o cocontratante enviar para a SPMS cópia da notificação ao INFARMED, I.P. conforme o previsto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 78.º do Decreto-Lei n.º 176/2006, de 30 de agosto, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 112/2019, de 16 de agosto;
- e) Substituição de produto: este aditamento deverá utilizar-se quando o cocontratante pretenda substituir um produto por outro, devendo, cumulativamente, a substituição obedecer aos seguintes requisitos:
- i. O produto substituto respeite as características previstas no presente Caderno de Encargos;
 - ii. O produto substituto apresente preços e condições competitivas, proporcionais à qualidade e quantidade do produto que visa substituir.
- f) Redimensionamento da embalagem: este aditamento deve ser utilizado quando o cocontratante pretenda alterar o número de unidades por embalagem, em relação à sua proposta inicial;
- g) Interrupção temporária de fornecimento: este aditamento deve ser utilizado sempre que haja uma interrupção de fornecimento nos termos do n.º 2 da cláusula 22.ª;
- h) Alteração de outros elementos: este aditamento deve ser utilizado quando o cocontratante pretenda alterar qualquer aspeto da sua proposta não contemplado nos restantes tipos de aditamentos, designadamente alteração do prazo de entrega, alteração da taxa do IVA ou alteração de custos de transporte;
- i) Inserção de novo produto: este aditamento deverá utilizar-se quando o cocontratante pretenda inserir uma nova opção de produto do mesmo tipo dos bens com ele contratualizados em sede de acordo quadro, desde que sejam respeitados os termos previstos nos Anexos I e II do presente Caderno de Encargos. A inserção deve ser solicitada por e-mail para o endereço catalogo@spms.min-saude.pt, sendo depois fornecidas, pela SPMS, indicações para o preenchimento do aditamento.

Cláusula 22.ª Impossibilidade temporária de fornecimento

1. Sempre que o cocontratante se encontre em situação de impossibilidade temporária de fornecimento, deverá comunicar fundamentadamente tal facto à SPMS.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se impossibilidade temporária de fornecimento uma interrupção de fornecimento por período não superior a 180 (cento e oitenta) dias contínuos.
3. Findo o prazo previsto no número anterior sem que a situação se regularize, deverá o cocontratante solicitar a prorrogação do prazo, reservando-se a SPMS, todavia, o direito de resolver o contrato.



Cláusula 23.ª Elementos Estatísticos

1. Os cocontratantes obrigam-se ao envio trimestral dos elementos estatísticos referentes às aquisições efetuadas pelas entidades adquirentes, devendo fazer referência ao código, marca, quantidade e valor global de vendas.
2. Os elementos estatísticos devem ser enviados à SPMS impreterivelmente até ao dia 20 (vinte) do mês seguinte em relação ao trimestre de vigência do contrato.
3. O suporte a utilizar, para o envio dos elementos estatísticos, é a opção fornecida no site www.catalogo.min-saude.pt (registo de vendas).
4. Sempre que lhes seja solicitado pela SPMS, devem os cocontratantes facultar fotocópia das notas de encomenda emitidas pelas entidades adquirentes, bem como das faturas relativas às encomendas efetuadas no âmbito dos Acordos quadro ou elementos estatísticos em prazo inferior ao estipulado no n.º 2 e a indicar pela SPMS.
5. O incumprimento do estipulado no n.º 1 pode implicar que a SPMS atue nos termos previstos nas cláusulas 10.ª e 11.ª.

Cláusula 24.ª Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato

1. Nos termos do artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, é da responsabilidade das entidades adquirentes como contraentes públicos a designação de um ou mais gestores do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste.
2. Sempre que a entidade adquirente designe mais do que um gestor do contrato, deve definir de forma clara as funções e responsabilidades de cada um.

CAPÍTULO III

Penalidades contratuais

Cláusula 25.ª Sanções a aplicar pelas entidades adquirentes

1. O incumprimento das obrigações do cocontratante, perante as entidades adquirentes, determina a aplicação de sanções nos termos a definir em cada procedimento lançado ao abrigo do acordo-quadro.
2. Salvo outras condições previstas pela entidade adquirente, no caso de incumprimento do prazo de entrega, o cocontratante em falta:
 - a) Ficarà obrigado ao pagamento à entidade adquirente da diferença do valor entre o seu preço unitário e o preço unitário do fornecedor a que a entidade adquirente tiver de recorrer;
 - b) Será aplicada ao cocontratante uma sanção pecuniária de 1% do valor da encomenda, por cada dia de atraso, até ao limite de 20%.
3. As entidades adquirentes poderão recorrer à prerrogativa prevista no artigo 318.º - A do CCP.



4. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que as entidades adquirentes exijam uma indemnização pelo dano causado.

CAPÍTULO IV

Resolução de litígios

Cláusula 26.ª Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

CAPÍTULO V

Disposições finais

Cláusula 27.ª Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no Acordo quadro.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do Acordo quadro deve ser comunicada à outra parte, apenas produzindo efeitos após a data desta comunicação.

Cláusula 28.ª Contagem dos prazos

A contagem dos prazos é feita nos termos do artigo 471.º do CCP.

Cláusula 29.ª Legislação aplicável

O Acordo quadro tem natureza administrativa e rege-se pelo direito português.



ANEXO I

Lotes de produtos e Preço

Lote	Código	Descrição do artigo	Unidade (para efeitos de apresentação de preço unitário)	CHNM (Iguar ou equivalente)	Preço unitário Base
1	A10	ACIDO ACETILSALICÍLICO [500MG; COMP]	Comprimido	10023773	0,089467
2	A313	ALFENTANILO [1MG/2 ML; F/AMP]	Frasco / Ampola	10059285	1,41540
3	A314	ALFENTANILO [5MG/ 10 ML; F/AMP]	Frasco / Ampola	10059292	5,211449
4	A449	AMITRIPTILINA [10 MG; CÁP/COMP]	Cápsula/ Comprimido	10010441	0,037674
5	A456	AMITRIPTILINA [25 MG, COMP]	Comprimido	10010434	0,050680
6	A5117	ACETILSALICILATO DE LISINA [1800 MG; PÓ SOL ORAL; SAQ]	Saqueta	10007559	0,217332
7	A5120	ACIDO ACETILSALICÍLICO + CAFEÍNA [500 MG + 30 MG; CÁP/COMP]	Cápsula/ comprimido	10013213	0,204304
8	A5128	AMITRIPTILINA [75 MG; CÁP/COMP]	Cápsula/ Comprimido	10043690	0,105051
9	A5137	AGOMELATINA [25 MG; CÁP/COMP]	Cápsula/ Comprimido	10096127	0,564990
10	A5242	ACETILSALICILATO DE LISINA [900 MG; PÓ SOL INJ; F/AMP]	Frasco / Ampola	10019561	1,373474
11	A5283	ACETILSALICILATO DE LISINA [1800 MG; PÓ SOL INJ; F/AMP]	Frasco / Ampola	10058258	1,681459
12	A53285	ACIDO ACETILSALICÍLICO [500 MG; GRAN; SAQ]	Saqueta	10037787	0,381975
13	A84	ACIDO ACETILSALICILICO [500 MG; COMP EFERV]	Comprimido efervescente	10023710	0,674100
14	B570	BUPRENORFINA [35 µG/H; 72 h; SIST TRANSD]	Sistema Transdémico	10114550	2,771563
15	B571	BUPRENORFINA [35 µG/H; 96 h; SIST TRANSD]	Sistema Transdémico	10114568	2,579273
16	B572	BUPRENORFINA [52,5 µG/H; 72h; SIST TRANSD]	Sistema Transdémico	10114575	4,375875
17	B573	BUPRENORFINA [52.5 µG/H; 96 h; SIST TRANSD]	Sistema Transdémico	10114582	4,115654



Lote	Código	Descrição do artigo	Unidade (para efeitos de apresentação de preço unitário)	CHNM (Iguar ou equivalente)	Preço unitário Base
18	B574	BUPRENORFINA [70 µG/H; 72 h; SIST TRANSD]	Sistema Transdérmico	10114590	5,835375
19	B575	BUPRENORFINA [70 µG/H; 96 h; SIST TRANSD]	Sistema Transdérmico	10114600	5,169087
20	C1162	CITALOPRAM [10 MG; COMP]	Comprimido	10031948	0,059949
21	C1163	CITALOPRAM [20 MG; CÁP/COMP]	Cápsula/ Comprimido	10036728	0,110488
22	C1174	CITALOPRAM [40 MG; CÁP/COMP]	Cápsula/ Comprimido	10031955	0,241691
23	C302	CLOMIPRAMINA [10 MG; CÁP/COMP]	Cápsula/ Comprimido	10016540	0,070774
24	C303	CLOMIPRAMINA [25 MG; CÁP/COMP]	Cápsula/ Comprimido	10015157	0,066241
25	C304	CLOMIPRAMINA [25 MG/2ML; F/AMP]	Frasco / Ampola	10043854	0,441546
26	C305	CLOMIPRAMINA [75 MG; COMP LP]	Comprimido de libertação prolongada	10029242	0,175641
27	C314	CLONIXINA [125 MG; CÁP/COMP]	Cápsula/ Comprimido	10014938	0,163643
28	C315	CLONIXINA [300 MG; CÁP/COMP]	Cápsula/ Comprimido	10014870	0,294876
29	D368	DOSULEPINA [75 MG; CÁP/COMP]	Cápsula/ Comprimido	10059214	0,209171
30	D370	DULOXETINA [30 MG; CÁP/COMP GR]	Cápsula/ Comprimido	10067008	0,628500
31	D371	DULOXETINA [60 MG; CÁP/COMP GR]	Cápsula/ Comprimido	10037890	0,286984
32	D569	DELTA-9-TETRAHIDROCANABINOL + CANABIDIOL [27+25 MG/ML; FRS]	Frasco	10111320	147,921370
33	D617	DULOXETINA [90 MG; CÁP/ COMP]	Cápsula/ Comprimido	10126474	0,686779
34	D618	DULOXETINA [120 MG; CÁP/COMP]	Cápsula/ Comprimido	10135338	0,812708
35	E358	ESCITALOPRAM [10 MG; CÁP/COMP]	Cápsula/ Comprimido	10040388	0,182063



Lote	Código	Descrição do artigo	Unidade (para efeitos de apresentação de preço unitário)	CHNM (Igual ou equivalente)	Preço unitário Base
36	E360	ESCITALOPRAM [20 MG; CÁP/COMP]	Cápsula/ Comprimido	10040420	0,278612
37	E361	ESCITALOPRAM [5 MG; CÁP/COMP]	Cápsula/ Comprimido	10067734	0,29550
38	E514	ESCITALOPRAM [20 MG/ML; SOL ORAL; FRS]	Frasco	10087904	13,87050
39	F1148	FENTANILO [133 µG; COMP BUCAL / SL]	Comprimido bucal/ sublingual	10116544	4,76070
40	F1149	FENTANILO [267 µG; COMP BUCAL / SL]	Comprimido bucal/ sublingual	10116569	3,645894
41	F1150	FENTANILO [533 µG; COMP BUCAL / SL]	Comprimido bucal/ sublingual	10116551	4,056395
42	F1151	FENTANILO [67 µG; COMP BUCAL / SL]	Comprimido bucal/ sublingual	10116537	3,966970
43	F1152	FENTANILO [200 µG; PELÍCULA BUCAL]	Película Bucal	10105779	4,413150
44	F1153	FENTANILO [400 µG; PELÍCULA BUCAL]	Película Bucal	10105786	5,513550
45	F1154	FENTANILO [600 µG; PELÍCULA BUCAL]	Película Bucal	10105793	5,513550
46	F1155	FENTANILO [800 µG; PELÍCULA BUCAL]	Película Bucal	10105804	5,513120
47	F1156	FENTANILO [100 µG/H; SIST TRANSD]	Sistema Transdérmico	10025137	4,641840
48	F1157	FENTANILO [25 µG/H; SIST TRANSD]	Sistema Transdérmico	10042318	1,477896
49	F1158	FENTANILO [400 µG; COMP CHUPAR]	Comprimido para chupar	10116487	6,143126
50	F1159	FENTANILO [50 µG/H; SIST TRANSD]	Sistema Transdérmico	10006133	2,60610
51	F1160	FENTANILO [75 µG/H; SIST TRANSD]	Sistema Transdérmico	10045008	4,208715
52	F1161	FENTANILO [200 µG; COMP CHUPAR]	Comprimido para chupar	10116470	5,348927
53	F1162	FENTANILO [600 µG; COMP CHUPAR]	Comprimido para chupar	10116494	6,2790



Lote	Código	Descrição do artigo	Unidade (para efeitos de apresentação de preço unitário)	CHNM (Igual ou equivalente)	Preço unitário Base
54	F1163	FENTANILO [800 µG; COMP CHUPAR]	Comprimido para chupar	10116505	6,053027
55	F1165	FENTANILO [1200 µG; PELÍCULA BUCAL]	Película Bucal	10105811	5,513120
56	F1193	FENTANILO [100 µG/ DOSE; SOL PULV NAS; FRS]	Frasco	10129506	43,07310
57	F1194	FENTANILO [400 µG/ DOSE; SOL PULV NAS; FRS]	Frasco	10129513	47,9010
58	F182	FLUOXETINA [20 MG; CÁP]	Cápsula	10006311	0,144246
59	F183	FLUOXETINA 0,4% [5 ML<>20 MG; FRS]	Frasco	10011632, 10015602	6,292755
60	F201	FLUVOXAMINA [100 MG; COMP]	Comprimido	10006375	0,186217
61	F202	FLUVOXAMINA [50 MG; COMP]	Comprimido	10038120	0,108922
62	F451	FENTANILO [100 µG; COMP BUCAL / SL]	Comprimido bucal/ sublingual	10093736, 10097364	4,079591
63	F452	FENTANILO [200 µG; COMP BUCAL / SL]	Comprimido bucal/ sublingual	10097371, 10099657	3,792521
64	F453	FENTANILO [300 µG; COMP BUCAL / SL]	Comprimido bucal/ sublingual	10097389	3,212333
65	F454	FENTANILO [400 µG; COMP BUCAL / SL]	Comprimido bucal/ sublingual	10097396, 10099664	3,679634
66	F455	FENTANILO [600 µG; COMP BUCAL / SL]	Comprimido bucal/ sublingual	10097407, 10099671	5,048167
67	F456	FENTANILO [800 µG; COMP BUCAL / SL]	Comprimido bucal/ sublingual	10097414, 10099689	5,12400
68	F519	FENTANILO [12 µG/H; SIST TRANSD]	Sistema Transdérmico	10078734	1,089908
69	F520	FENTANILO [12.5 µG/H; SIST TRANSD]	Sistema Transdérmico	10086033	1,326045
70	F78	FENTANILO [100MCG/2ML; F/AMP]	Frasco / Ampola	10020738, 10041110	1,20750
71	F82	FENTANILO [250MCG/5ML; F/AMP]	Frasco / Ampola	10019159, 10041127	1,254750



Lote	Código	Descrição do artigo	Unidade (para efeitos de apresentação de preço unitário)	CHNM (Igual ou equivalente)	Preço unitário Base
72	F85	FENTANILO [500MCG/10ML; F/AMP]	Frasco / Ampola	10021224, 10041134	1,8690
73	H185	HIDROMORFONA [16 MG; CÁP/COMP LM/ LP]	Cápsula/ Comprimido de libertação prolongada ou modificada	10079398	2,035851
74	H186	HIDROMORFONA [32 MG; CÁP/COMP LM/LP]	Cápsula/ Comprimido	10076950, 10079409	3,698168
75	H187	HIDROMORFONA [4 MG; CÁP/COMP LM/LP]	Cápsula/ Comprimido de libertação prolongada ou modificada	10092140	0,583937
76	H188	HIDROMORFONA [64 MG; CÁP/COMP LM/LP]	Cápsula/ Comprimido de libertação prolongada ou modificada	10079932	6,770390
77	H194	HIDROMORFONA [32 MG; CÁP/COMP LM/ LP]	Cápsula/ Comprimido de libertação prolongada ou modificada	10079409	3,698168
78	H195	HIDROMORFONA [8 MG; CÁP/COMP LM/ LP]	Cápsula/ Comprimido de libertação prolongada ou modificada	10079380	1,138719
79	I24	IMIPRAMINA [25 MG; CÁP/COMP]	Cápsula/ Comprimido	10016526	0,047921
80	I25	IMIPRAMINA [10 MG; CÁP/COMP]	Cápsula/ Comprimido	10047062	0,038719
81	M1017	MORFINA [20 MG/ML; 20 ML; SOL ORAL; FRS]	Frasco	10002462	7,241850
82	M1023	MORFINA [10 MG; CÁP/COMP]	Cápsula/ Comprimido	10002327	0,141750
83	M1024	MORFINA [20 MG; CÁP/COMP]	Cápsula/ Comprimido	10002334	0,208987
84	M1027	MORFINA [10 MG/1 ML; SOL INJ; IM - IV - SC; F/AMP]	Frasco / Ampola	10002409, 10128450	3,734220
85	M1104	MIRTAZAPINA [15 MG; COMP ORODISP]	Comprimido orodispersível	10043039	0,164283
86	M1105	MIRTAZAPINA [30 MG; COMP ORODISP]	Comprimido orodispersível	10016729	0,225929
87	M1137	MIRTAZAPINA [45 MG; COMP ORODISP]	Comprimido orodispersível	10066778	0,313198
88	M1138	MOCLOBEMIDA [300 MG; CÁP/ COMP]	Cápsula/ Comprimido	10069639, 10069639	0,378956
89	M1208	METOXIFLURANO [99.9 %; 3 ML; LÍQ INAL VAPO; FRS]	Frasco	10127680	29,400



Lote	Código	Descrição do artigo	Unidade (para efeitos de apresentação de preço unitário)	CHNM (Igual ou equivalente)	Preço unitário Base
90	M149	MIANSERINA [30 MG; CÁP/COMP]	Cápsula/ Comprimido	10047070	0,185525
91	M16	MAPROTILINA [25 MG; CÁP/COMP]	Cápsula/ Comprimido	10009115	0,06980
92	M167	MIRTAZAPINA [45 MG; CÁP/COMP]	Cápsula/ Comprimido	10036297	0,311652
93	M17	MAPROTILINA [50 MG; CÁP/COMP]	Cápsula/ Comprimido	10014564	0,093770
94	M18	MAPROTILINA [75 MG; COMP]	Comprimido	10009122	0,135389
95	M180	MOCLOBEMIDA [150 MG; COMP]	Comprimido	10027914	0,150257
96	M195	MORFINA [100 MG/ 10 ML; F/AMP]	Frasco / Ampola	10086866	44,48850
97	M196	MORFINA [100 MG; CÁP/COMP LP]	Cápsula/ Comprimido de libertação prolongada	10002170, 10002245, 10002302	1,075205
98	M197	MORFINA [30MG; CÁP/COMP LP]	Cápsula/ Comprimido de libertação prolongada	10002149, 10002284	0,353122
99	M198	MORFINA [60MG; CÁP/ COMP LP]	Cápsula/ Comprimido de libertação prolongada	10002156, 10002291	0,696570
100	M199	MORFINA [10 MG; CÁP/COMP LP]	Cápsula/ Comprimido de libertação prolongada	10002131, 10002252	0,176050
101	M204	MORFINA [10 MG/1 ML; EPIDURAL - INTRATECAL; E OUTRAS; F/AMP]	Frasco / Ampola	10002398, 10086880	4,184250
102	M205	MORFINA [200 MG/ 10 ML; F/AMP]	Frasco / Ampola	10086909	42,649635
103	M206	MORFINA [40 MG/2 ML; EPIDURAL - INTRATECAL E OUTRAS; F/AMP]	Frasco / Ampola	10003240	13,1250
104	M244	MORFINA [2 MG/ML; SOL ORAL; FRS/AMP]	Frasco	10002455, 10002470, 10002487, 10002494, 10003258	0,2520
105	M245	MIRTAZAPINA [15 MG; CÁP/COMP]	Cápsula/ Comprimido	10032701	0,123508
106	M246	MIRTAZAPINA [30 MG; CÁP/COMP]	Cápsula/ Comprimido	10006560	0,230160



Lote	Código	Descrição do artigo	Unidade (para efeitos de apresentação de preço unitário)	CHNM (Igual ou equivalente)	Preço unitário Base
107	M248	METAMIZOL MAGNÉSICO [575 MG; CÁP/COMP]	Cápsula/ Comprimido	10043103	0,137277
108	M249	METAMIZOL MAGNÉSICO [2 G; F/AMP]	Frasco / Ampola	10009859	0,342426
109	N98	NORTRIPTILINA [25 MG; CÁP/COMP]	Cápsula/ Comprimido	10018897	0,080911
110	O1001	OXICODONA + NALOXONA [40 + 20 MG; CÁP/ COMP LP/ LM]	Cápsula/ Comprimido de libertação prolongada ou modificada	10111757	1,271408
111	O1002	OXICODONA + NALOXONA [5 + 2.5 MG; CÁP/ COMP LP/ LM]	Cápsula/ Comprimido de libertação prolongada ou modificada	10111764	0,353269
112	O1014	OXICODONA [10 MG; CÁP/ COMP LP]	Cápsula/ Comprimido de libertação prolongada	10099162	0,289985
113	O1015	OXICODONA [20 MG; CÁP/ COMP LP]	Cápsula/ Comprimido de libertação prolongada	10099170	0,42420
114	O1016	OXICODONA [40 MG; CÁP/ COMP LP]	Cápsula/ Comprimido de libertação prolongada	10099187	0,917895
115	O1017	OXICODONA [80 MG; CÁP/ COMP LP]	Cápsula/ Comprimido de libertação prolongada	10099155	1,469265
116	O1018	OXICODONA [5 MG; CÁP/ COMP LP]	Cápsula/ Comprimido de libertação prolongada	10099194	0,247726
117	O996	OXICODONA + NALOXONA [10 + 5 MG; CÁP/ COMP LP/ LM]	Cápsula/ Comprimido de libertação prolongada ou modificada	10111732	0,647250
118	O998	OXICODONA + NALOXONA [20 + 10 MG; CÁP/ COMP LP/ LM]	Cápsula/ Comprimido de libertação prolongada ou modificada	10111740	1,16250
119	P1051	PARACETAMOL [1000 MG; CÁP/COMP]	Cápsula/ Comprimido	10002537	0,081638
120	P1052	PARACETAMOL [1000 MG; COMP EFERV; GRAN EFERV; PÓ EFERV]	Comprimido/ granulado / pó efervescente	10002583, 10002680, 10093857	0,117349
121	P1053	PARACETAMOL [24 MG/ML; SOL. ORAL; FRS]	Frasco	10002786	2,5700
122	P1054	PARACETAMOL [32 MG/ML; SOL. ORAL; FRS]	Frasco	10002804	1,614165
123	P1056	PARACETAMOL + CAFÉÍNA [500 MG + 50 MG; COMP EFERV/ PÓ SOL ORAL]	Comprimido efervescente/ Saqueta	10027355, 10029915	0,122430
124	P1057	PARACETAMOL + CODEÍNA [500 MG + 30 MG; CÁP/COMP]	Cápsula/ Comprimido	10008690, 10010103	0,079275



Lote	Código	Descrição do artigo	Unidade (para efeitos de apresentação de preço unitário)	CHNM (Igual ou equivalente)	Preço unitário Base
125	P1061	PIRLINDOL [50 MG; CÁP/COMP]	Cápsula/ Comprimido	10045517	0,450266
126	P1205	PAROXETINA [10 MG/ML; SOL ORAL; FRS]	Frasco	10081520	6,988800
127	P1215	PARACETAMOL [650 MG; CÁP/ COMP]	Cápsula/ Comprimido	10002520, 10002520	0,039207
128	P1216	PARACETAMOL [500 MG; COMP EFERV; GRAN EFERV]	Comprimido/ granulado efervescente	10002569, 10002665	0,173250
129	P1218	PARACETAMOL [75 MG; SUP]	Supositório	10002957	0,211725
130	P1220	PARACETAMOL + CODEÍNA [1000 + 60 MG; CÁP/ COMP]	Cápsula/ Comprimido	10106062	0,204085
131	P1221	PARACETAMOL + CODEÍNA [1000 MG + 60 MG; SUP]	Supositório	10030771	0,287207
132	P1530	PARACETAMOL + CAFÉINA [500 MG + 65 MG; CÁP/COMP]	Cápsula/ Comprimido	10039197	0,171045
133	P26	PARACETAMOL [125MG; SUP]	Supositório	10002868	0,1870
134	P27	PARACETAMOL [250 MG;SUP]	Supositório	10002890	0,1980
135	P30	PARACETAMOL 4% [200MG<>5 ML; XAROPE; FRS]	Frasco	10003009	2,4000
136	P31	PARACETAMOL [500MG; COMP]	Comprimido	10002512	0,136500
137	P32	PARACETAMOL [500MG; SUP]	Supositório	10002932	0,2920
138	P396	PARACETAMOL [1 G; IV; F/AMP/ SACO]	Frasco / Ampola / Saco	10002829	3,675000
139	P43	PAROXETINA [20MG; CÁP/COMP]	Cápsula/ Comprimido	10012339	0,236250
140	P89	PETIDINA [100 MG/2 ML; F/AMP]	Frasco / Ampola	10054306	4,2300
141	P90	PETIDINA [50 MG/2 ML; F/AMP]	Frasco / Ampola	10062670	2,719854
142	P91	PETIDINA [50MG/1ML; F/AMP]	Frasco / Ampola	10069361	3,9100



Lote	Código	Descrição do artigo	Unidade (para efeitos de apresentação de preço unitário)	CHNM (Igual ou equivalente)	Preço unitário Base
143	R84	REMIFENTANILO [1 MG; FRS/AMP]	Frasco / Ampola	10059673, 10099504	1,557728
144	R85	REMIFENTANILO [2 MG; FRS/AMP]	Frasco / Ampola	10059680, 10099511	1,281218
145	R86	REMIFENTANILO [5 MG; FRS/AMP]	Frasco / Ampola	10035195, 10099529	2,505088
146	R9	REBOXETINA [4 MG; CÁP/COMP]	Cápsula/ Comprimido	10027526	0,377700
147	S129	SUFENTANILO [250 MCG/5 ML; F/AMP]	Frasco / Ampola	10055504	15,443400
148	S131	SUFENTANILO [10 MCG/2 ML; FRS/AMP]	Frasco / Ampola	10055493	1,724100
149	S1872	SERTRALINA [150 MG; CÁP/COMP]	Cápsula/ Comprimido	10130444	0,351780
150	S1873	SERTRALINA [200 MG; CÁP/COMP]	Cápsula/ Comprimido	10130451	0,670250
151	S223	SUFENTANILO [50 MCG/10 ML; F/AMP]	Frasco / ampola	10052209	6,346154
152	S225	SERTRALINA [50 MG; CÁP/COMP]	Cápsula/ Comprimido	10025781	0,106813
153	S226	SERTRALINA [100 MG; CÁP/COMP]	Cápsula/ Comprimido	10017158	0,167494
154	S439	SERTRALINA [20 MG/ML; SOL ORAL; FRS]	Frasco	10104981	8,065944
155	T1174	TRAMADOL [50 MG; CÁP/COMP LP]	Cápsula/ Comprimido de libertação prolongada	10047112	0,131590
156	T1175	TRAMADOL [50 MG; COMP ORODISP]	Comprimido orodispersível	10036443	0,141493
157	T1176	TRAZODONA [150 MG; CÁP/ COMP]	Comprimido	10092090	0,114546
158	T1179	TAPENTADOL [100 MG; CÁP/COMP LP]	Cápsula/ Comprimido de libertação prolongada	10102377	0,945172
159	T1180	TAPENTADOL [150 MG; CÁP/COMP LP]	Cápsula/ Comprimido de libertação prolongada	10102338	1,368371
160	T1181	TAPENTADOL [200 MG; CÁP/COMP LP]	Cápsula/ Comprimido de libertação prolongada ou modificada	10102427	1,726193



Lote	Código	Descrição do artigo	Unidade (para efeitos de apresentação de preço unitário)	CHNM (Igual ou equivalente)	Preço unitário Base
161	T1182	TAPENTADOL [250 MG; CÁP/COMP LP]	Cápsula/ Comprimido de libertação prolongada	10102345	2,066859
162	T1183	TAPENTADOL [50 MG; CÁP/COMP LP]	Cápsula/ Comprimido de libertação prolongada	10102360	0,472623
163	T1307	TRAZODONA [300 MG; CÁP/ COMP LP/ LM]	Cápsula/ Comprimido de libertação prolongada ou modificada	10108152	0,523950
164	T1308	TRAMADOL [50 MG/1 ML; SOL INJ; F/AMP]	Frasco / Ampola	10030110	0,418341
165	T1309	TRAMADOL + PARACETAMOL [75 + 650 MG; CÁP/ COMP]	Cápsula/ Comprimido	10107132	0,304621
166	T1310	TRAMADOL + PARACETAMOL [37.5 + 325 MG; COMP EFERV]	Comprimido efervescente	10096974	0,202130
167	T140	TRAMADOL [50MG; CÁP]	Cápsula	10015399	0,138332
168	T142	TRAMADOL [100 MG/ ML; SOL ORAL; FRS]	Frasco	10016394, 10021950, 10023951	2,546628
169	T143	TRAMADOL [100MG/2ML; F/AMP]	Frasco / Ampola	10012613, 10017820	0,749469
170	T147	TRAZODONA [100MG; CÁP/ COMP]	Cápsula/ Comprimido	10025308	0,078274
171	T148	TRAZODONA [50MG; CÁP/ COMP]	Cápsula/ Comprimido	10047144	0,097498
172	T1573	TRAMADOL + DEXCETOPROFENO [75 MG + 25 MG; CÁP/ COMP]	Cápsula/ Comprimido	10120126	0,317279
173	T1682	TAPENTADOL [50 MG; COMP]	Comprimido	10102434	0,483525
174	T188	TRIMIPRAMINA [100MG; CÁP/COMP]	Cápsula/ Comprimido	10046925	0,119292
175	T189	TRIMIPRAMINA [25MG; CÁP/COMP]	Cápsula/ Comprimido	10059506	0,046463
176	T259	TRAZODONA [150 MG; CÁP/ COMP LP/ LM]	Cápsula/ Comprimido de libertação prolongada ou modificada	10009229, 10108145	0,182882
177	T266	TRAMADOL [100 MG; CÁP/COMP LP]	Cápsula/ Comprimido de libertação prolongada	10028172, 10028222	0,198160
178	T267	TRAMADOL [150 MG; CÁP/COMP LP]	Cápsula/ Comprimido de libertação prolongada	10006158, 10041530	0,273826



Lote	Código	Descrição do artigo	Unidade (para efeitos de apresentação de preço unitário)	CHNM (Igual ou equivalente)	Preço unitário Base
179	T268	TRAMADOL [200 MG; CÁP/COMP LP]	Cápsula/ Comprimido de libertação prolongada	10025144, 10047120	0,349052
180	T275	TRAMADOL [100 MG; CÁP/COMP]	Cápsula/ Comprimido	10046284	0,402833
181	T298	TRAMADOL + PARACETAMOL [37,5 + 325 MG; CÁP/COMP]	Cápsula/ Comprimido	10042542	0,197384
182	T69	TIANEPTINA [12,5 MG; CÁP/COMP]	Cápsula/ Comprimido	10027370	0,105056
183	V70	VENLAFAXINA [37,5 MG; CÁP/COMP LM/ LP]	Cápsula/ Comprimido de libertação prolongada ou modificada	10040210, 10041764	0,150924
184	V71	VENLAFAXINA [75 MG; CÁP/COMP LM/ LP]	Cápsula/ Comprimido de libertação prolongada ou modificada	10015036, 10040616	0,200270
185	V908	VENLAFAXINA [150 MG; CÁP/COMP LM/ LP]	Cápsula/ Comprimido de libertação prolongada ou modificada	10023378, 10079537	0,48930
186	V937	VENLAFAXINA [37.5 MG; CÁP/COMP]	Cápsula/ Comprimido	10011575	0,290378
187	V938	VENLAFAXINA [75 MG; CÁP/COMP]	Cápsula/ Comprimido	10036849	0,348089
188	V954	VENLAFAXINA [225 MG; CÁP/ COMP LP/ LM]	Cápsula/ Comprimido de libertação prolongada ou modificada	10088365	0,649079
189	V965	VORTIOXETINA [10 MG; CÁP/ COMP]	Cápsula/ comprimido	10113719	0,814159
190	V975	VENLAFAXINA [75 MG/ML; SOL ORAL; FRS]	Frasco	10103493	8,288595
191	V976	VORTIOXETINA [5 MG; CÁP/COMP]	Cápsula/ Comprimido	10113690	0,408461
192	V987	VORTIOXETINA [20 MG; CÁP/COMP]	Cápsula/ Comprimido	10113701	1,60860
193	Z40	ZICONOTIDA [0.1 MG/1 ML; 5 ML; SOL INJ; F/AMP]	Frasco / Ampola	10042866, 10092043	1 953,5460
194	D622	DESVENLAFAXINA [100 MG; CÁP/ COMP LM/ LP]	Cápsula/ Comprimido de libertação prolongada ou modificada	10138590	0,23467
195	D623	DESVENLAFAXINA [500 MG; CÁP/ COMP LM/ LP]	Cápsula/ Comprimido de libertação prolongada ou modificada	10138583	0,18000



Lote	Código	Descrição do artigo	Unidade (para efeitos de apresentação de preço unitário)	CHNM (Iguar ou equivalente)	Preço unitário Base
196	H130	HIDROXIZINA 0,2% [10MG<>5 ML; FRS]	Frasco	10005832	2,45000
197	S1891	SUFENTANILO [30 µG; COMP SUBLING]	Comprimido sublingual	10139870	8,50000
198	T1817	TRAMADOL + PARACETAMOL [75 MG + 650 MG; CÁP/ COMP LM/ LP]	Cápsula/ Comprimido de libertação prolongada ou modificada	10103550	0,26050



ANEXO II

Especificações Técnicas

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.ª Âmbito

1. Os medicamentos objeto do presente procedimento destinam-se ao uso hospitalar.
2. Os concorrentes devem preencher as características dos medicamentos constantes no formulário eletrónico mencionado no artigo 8.º do Programa do Concurso.

Cláusula 2.ª Características e preço dos medicamentos

1. As características dos medicamentos constam no formulário eletrónico mencionado na alínea c) do n.º 2 do artigo 8.º do programa do concurso e são disponibilizadas em www.catalogo.min-saude.pt.
2. O preço unitário proposto às Instituições e Serviços do Serviço Nacional de Saúde não deverá ser superior ao preço unitário calculado com base nos Preços Hospitalares, constantes do Portal Medicamento Hospitalar.

Cláusula 3.ª Embalagem adaptada à dose unitária e hospitalar

1. Sempre que possível, a embalagem primária deverá conter, por unidade, as seguintes menções, adaptadas à distribuição em dose unitária:
 - a) Composição qualitativa e quantitativa em Denominação Comum Internacional ou, na sua falta, em nome corrente;
 - b) Marca comercial;
 - c) Prazo de validade;
 - d) Número de lote de fabrico;
 - e) Modo e via de administração.
2. No caso de o produto ser proposto em embalagem hospitalar é igualmente obrigatória a inclusão do folheto informativo na mesma, aquando do seu fornecimento às entidades adquirentes.

Cláusula 4.ª Prazo de validade dos medicamentos

Só poderão ser fornecidos medicamentos cuja validade seja igual ou superior a seis (6) meses, a contar da data do fornecimento, a não ser que seja tecnicamente inviável.

Cláusula 5.ª Formas de apresentação

São considerados equivalentes para efeitos do Anexo I do caderno de encargos, os CHNM que correspondam às formas de apresentação referidas no presente caderno de encargos.